

A PAISAGEM DA CUIABÁ ANTIGA

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Lucianna Oliveira e Souza/Pesquisadora Associada ÉPURA/NEAU/UFMT/arc.lucianna@hotmail.com
Doriane Azevedo/Docente Universidade Federal de Mato Grosso/doriane.azevedo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a Paisagem da Cuiabá Antiga, que identificamos como aquela relacionada aos núcleos históricos protegidos na cidade de Cuiabá, Mato Grosso – o Centro e o Porto Históricos. Esses núcleos, de origem colonial, foram tombados por instrumentos e esferas distintas - Centro em 1992, no âmbito federal e, Porto em 2007, no âmbito estadual - resultando em ações desarticuladas de planejamento e gestão à salvaguarda do patrimônio cultural, que têm contribuído, ao longo dos anos, para a degradação física, funcional e simbólica dessa paisagem. Assim, o estudo buscou compreender, de forma inicial, a relação entre os núcleos, os conflitos existentes e possíveis vinculações às formas de proteção aplicadas. Para isso, além dos estudos in loco, realizou-se mapeamento de notícias na mídia local, pesquisa bibliográfica e documental e análise comparativa dos instrumentos de proteção, a partir da identificação e sistematização das estratégias, conceitos e definições presentes em sua redação. Nesse percurso, verificou-se que a degradação da Paisagem da Cuiabá Antiga é potencializada pelas estratégias de proteção aplicada e pela resultante desarticulação das ações de planejamento e gestão. Ao final, indicamos possíveis caminhos para o aprofundamento do estudo visando fortalecer debates e ações voltados à qualificação da paisagem cuiabana.

PALAVRAS-CHAVES: paisagem; patrimônio; Cuiabá.

ABSTRACT

The object of this study is the Landscape of Old Cuiabá, which we identify as being related to the protected historic centers in the city of Cuiabá, Mato Grosso - the Historic Center and the Historic Port. These centers, of colonial origin, were listed by different instruments and spheres - Centro in 1992, at the federal level, and Porto in 2007, at the state level - resulting in disjointed planning and management actions to safeguard cultural heritage, which have contributed, over the years, to the physical, functional and symbolic degradation of this landscape. Thus, the study initially sought to understand the relationship between the nuclei, the existing conflicts and possible links to the forms of protection applied. To this end, in addition to on-site studies, news reports in the local media were mapped, bibliographical and documentary research was carried out and a comparative analysis of the protection instruments was made, based on identifying and systematizing the strategies, concepts and definitions present in their wording. In the process, it was found that the degradation of the Old Cuiabá Landscape is exacerbated by the protection strategies applied and the resulting disarticulation of planning and management actions. At the end, we indicate possible ways to deepen the study in order to strengthen debates and actions aimed at qualifying the landscape of Cuiabá.

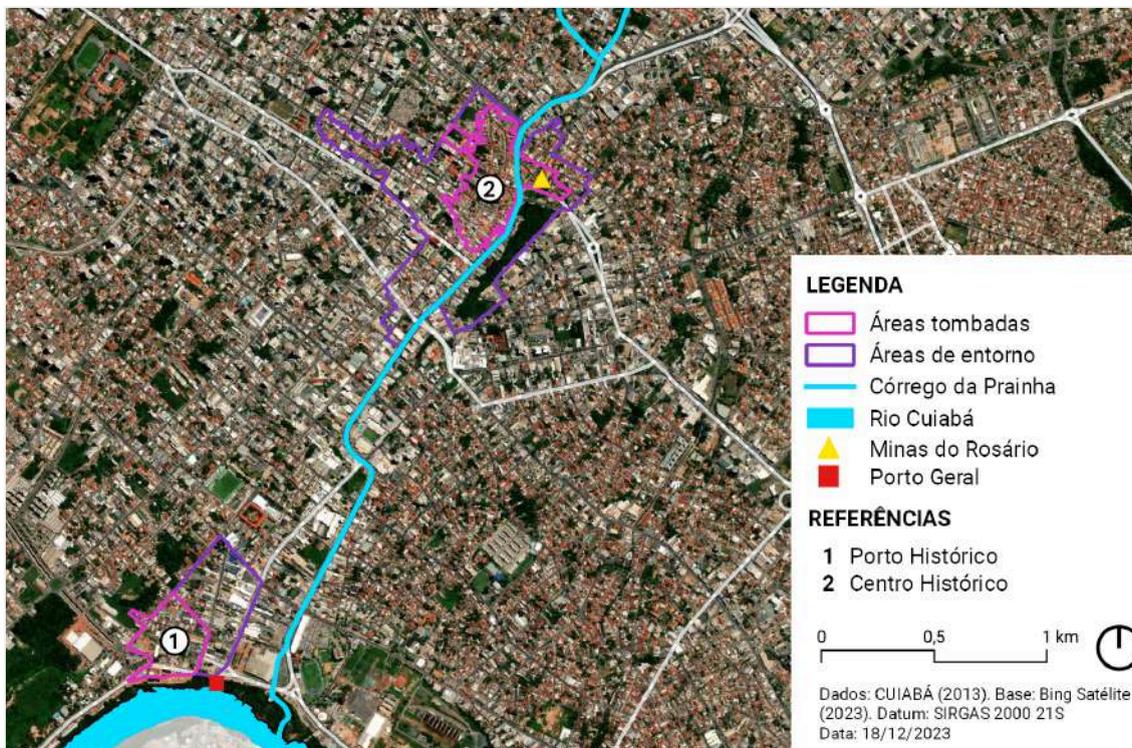
KEYWORDS: landscape; heritage; Cuiabá.

1 INTRODUÇÃO

Em Cuiabá, Mato Grosso, a realidade tem evidenciado que a proteção formal não bastou para garantir a qualificação da paisagem da Cuiabá Antiga, compreendida como aquela conformada

pelos Centros e Portos Históricos, áreas tombadas de origem colonial que se consolidaram ao longo do Córrego da Prainha, no entorno das antigas Minas do Rosário e às margens do Rio Cuiabá, respectivamente (**Figura 1**).

Figura 1: O Centro e o Porto Históricos em Cuiabá/MT

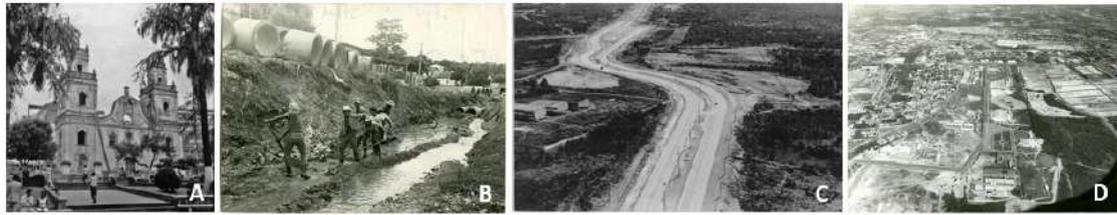


Fonte: Imagem Bing Satélite (2023) com intervenção de Lucianna Oliveira e Souza (2023).

Localizada no interior do Brasil, Cuiabá passou por acelerados processos de transformação com a descoberta do ouro nas Minas do Rosário, às margens do Córrego da Prainha, no início do século XVIII. O pequeno arraial alçou o status de vila (1727), em seguida se tornou cidade (1818) e posteriormente capital da província de Mato Grosso a partir da Independência do País. Freire (1997) indica que Cuiabá foi a única cidade do ciclo do ouro que rompeu com a estagnação econômica após o encerramento das atividades de mineração em meados do século XIX. Entretanto, a retomada da economia, o crescimento e expansão urbana se deram somente a partir da década de 1970, em decorrência da política desenvolvimentista do governo federal. As políticas desse período impulsionaram a urbanização, com desdobramentos marcantes na conformação territorial do interior do Brasil (AZEVEDO, 2006). Em Cuiabá, diversas ações modernizadoras (FREIRE, 1997) foram impressas na paisagem local, como a demolição da Catedral (1968); a canalização e posterior tamponamento do Córrego da Prainha (1965 e 1970); a abertura de grandes avenidas como a Fernando Correa da Costa (1976) e a Historiador Rubens de Mendonça (1986); e a construção dos conjuntos urbanísticos de caráter modernista do novo Centro Político Administrativo (1975) e do Campus da UFMT (1970) (**Figura 2**).



Figura 2: Ações modernizadoras impressas sobre a paisagem cuiabana



A) Vista da Catedral, já em processo de demolição (1968) – Biblioteca do IBGE; B) Canalização de Córrego [Prainha?] (1980) – Acervo do MISC; C) Abertura de Av. Historiador Rubens de Mendonça (Av. do CPA) (1975) – Acervo APMT/SEPLAG; D) Camions da UFMT em construção (1970) – Acervo do MISC.

Fonte: Acervos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (MISC) e Arquivo Público de Mato Grosso/Secretaria de Estado de Planejamento (APMT/SEPLAG) (2021). Organização: Lucianna Oliveira e Souza (2023).

Como resultado do processo intenso de transformação, em um processo de (re)afirmação da cultura e identidade local e da estruturação do sistema municipal de planejamento urbano, o Centro Histórico - sede da vila colonial, espaço de poder e polo da mineração de ouro, foi protegido no âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), provisoriamente em 1987 e de forma definitiva em 1992 (AZEVEDO, 2021), tombando o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá. Duas décadas depois em 2007, ano da aprovação da revisão do Plano Diretor de Cuiabá, à luz dos princípios do Estatuto da Cidade, em um contexto de expansão e fragmentação do tecido urbano, o Porto Histórico - polo de transportes, comunicação e comércio da antiga vila colonial, foi protegido no âmbito estadual pela antiga Secretaria Estadual de Cultura (SEC/MT), hoje Secretaria de Estado de Cultura Esporte e Lazer (SECEL/MT).

Atualmente essa paisagem é atravessada por diversos conflitos de ordem física, funcional e simbólica. O Centro enfrenta graves problemas relacionados ao tráfego intenso e à drenagem, possivelmente potencializados pelo tamponamento do Córrego da Prainha e pelas altas taxas de ocupação e impermeabilização do solo de toda a região central. No Porto, são notáveis os conflitos relacionados ao ambiente natural, com destaque para a degradação das margens do Rio Cuiabá. Em ambos os casos, intervenções descontextualizadas nos espaços livres (AZEVEDO; MIRANDA; SANTOS, 2018) e edificadas (AZEVEDO; SILVA, 2017), promovidas, inclusive, pelo próprio poder público, como aquelas realizadas no contexto da Copa do Mundo da FIFA de 2014, potencializam a degradação do ambiente natural e construído (**Figura 3**).

Figura 3: Mapeamento de notícias que evidencia os conflitos que permeiam as áreas protegidas



Fonte: Olhar Conceito (2020), Olhar Direto (2021), Mídia News (2018), Circuito MT (2014), Portal G1 (2017). Organização Lucianna Oliveira e Souza (2021)

Apresentamos, neste trabalho, um estudo sobre a Paisagem da Cuiabá Antiga, a partir da análise dos instrumentos de proteção que incidem sobre as áreas tombadas, reconhecidas como o Centro e o Porto Históricos. Partimos do pressuposto de que a proteção dessas áreas



por instrumentos e esferas distintas desconsiderou a Paisagem da Cuiabá Antiga enquanto totalidade, estruturando, ao longo dos anos, o enfraquecimento de importantes atributos e valores (UNESCO, 2005), promovendo sua degradação física, funcional e simbólica, a partir de ações desarticuladas de planejamento e gestão à salvaguarda do patrimônio material. Para isso, analisamos de forma comparativa as estratégias presentes nos instrumentos de tombamento, através da sistematização de termos, conceitos, assim como a abrangência, base legal e graus de proteção presentes. Nosso objetivo é verificar em que medida se percebe a distinção e se de fato ela tem contribuído para a degradação e desarticulação dessa paisagem. Ao final, a partir da avaliação da pertinência da nossa hipótese, discutiremos os resultados e possibilidades de aprofundamento da pesquisa, visando contribuir nos debates e ações voltados à qualificação da paisagem cuiabana.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Adotamos como metodologia o desenvolvimento da investigação em etapas e abordagens distintas, mas complementares. Aos recorrentes estudos in loco, somou-se, primeiramente, o mapeamento de notícias na mídia local sobre nosso objeto de estudo, para contextualizar o problema e justificar a pertinência da pesquisa. Em um segundo momento, através da pesquisa bibliográfica e documental, buscamos dialogar com pesquisadores que se dedicaram ao estudo do território cuiabano e mato-grossense. Na sequência, realizamos um estudo comparativo dos distintos instrumentos e esferas de proteção aplicados ao Centro e Porto Históricos, buscando investigar, sistematizar e analisar os conceitos e palavras-chave presentes nesses instrumentos, bem como os atributos e valores relacionados à compreensão de Paisagem. Paralelamente, com o auxílio dos *softwares Qgis* produzimos as cartografias necessárias para a contextualização e análise do objeto de estudo. Ao final, a partir das ponderações dos resultados obtidos, traçamos possibilidades para futuros aprofundamentos do trabalho.

3 DO PORTO GERAL À SEDE DA VILA

As diversas conFIGURAções e conFORMAções do espaço, através das diversas transformações, promovidas pelas interações entre sociedade e ambiente, incluindo suporte e cobertura, (re)produzem o que entendemos por paisagem (MAGNOLI, 2006). Como apresentado anteriormente, para nós a paisagem da Cuiabá antiga abrange aquela consolidada ao longo do Córrego da Prainha e às margens do Rio Cuiabá, estruturada a partir das atividades minerárias e portuárias que deram suporte à ocupação e estruturação inicial da cidade. As características dessa paisagem remetem a atributos e valores da cidade tradicional, em relação direta com a escala humana, e às atividades desempenhadas pela sede da vila (correspondente ao atual Centro Histórico) e pela região portuária (correspondente ao atual Porto Histórico). Essa paisagem carrega o acúmulo de diferentes períodos, através de relações de harmonia, mas também de conflito, entre as diferentes formas, escalas e linguagens arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas estruturadas entre os séculos XVIII e XX.

São notórias as diferenças no desenvolvimento dos polos dessa paisagem. Na região central que reunia os espaços de poder e de produção minerária percebemos maior diversidade de períodos materializados, sobretudo, no conjunto edificado. Ao passo que na região portuária, de localização periférica, essas relações pouco mudaram ao longo do tempo. Como exemplo, a **Figura 4** e **Figura 5** ilustram as características das fachadas de trecho da Rua Galdino Pimentel, na região central e de trecho da Rua Comandante Balduino, marginal ao Rio Cuiabá. É evidente



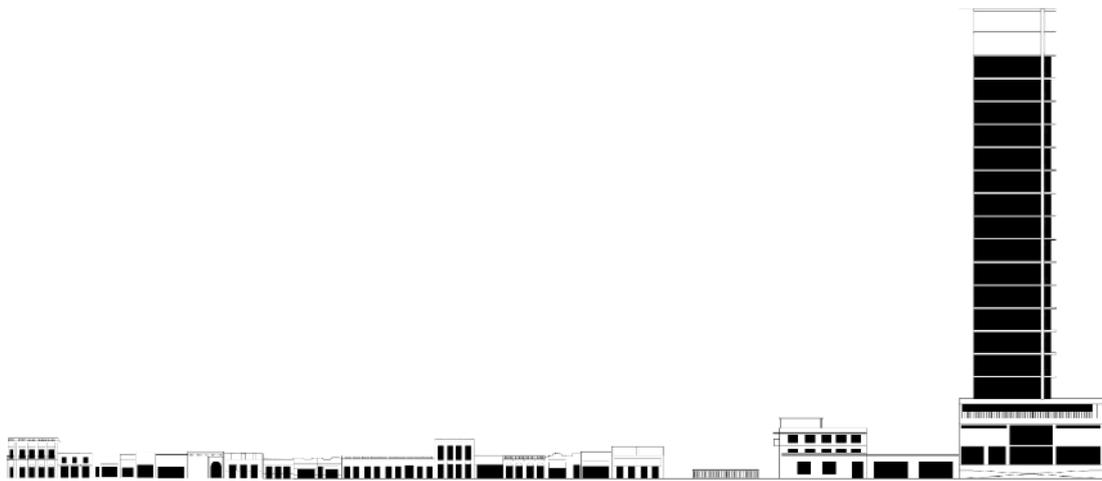
a diversidade de tipos e estilos coexistindo no Centro – edificações térreas, sobrados e torres, do estilo colonial ao modernista. No Porto é predominante a presença dos tipos térreos de origem colonial, com poucos ornamentos. Reforçamos, entretanto, que essa diferença não deveria ser base para a diminuição de valor, tendo em vista a relação intrínseca entre os polos dessa paisagem que fortalecem, sobretudo, a sua dimensão imaterial.

Figura 4: Fachadas de trecho da Rua Comandante Balduino, marginal ao Rio Cuiabá, vetorizada através de levantamento remoto via Google Maps (2022)



Fonte: elaboração própria (2021)

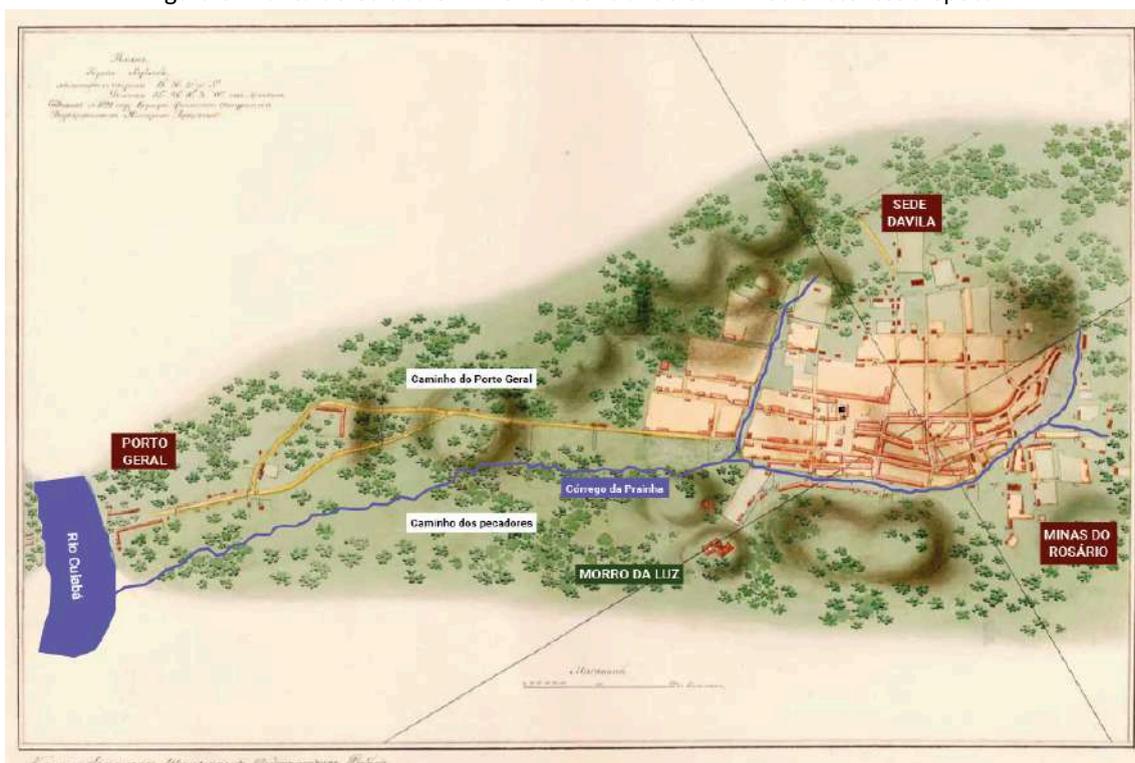
Figura 5: Fachadas de trecho da Rua Galdino Pimentel, antiga Rua de Baixo, vetorizada através de levantamento remoto via Google Maps (2021)



Fonte: elaboração própria (2021)

Cabe destacar também, os importantes eixos de conexão que foram acrescentados ao longo desse período (séc. XVIII e XX), como o antigo Caminho dos Pecadores - trilha que se estendia entre o Córrego da Prainha (atual Av. Ten. Cel Duarte) e o Sopé do Morro da Luz; a Rua 13 de junho (antiga Rua Bella do Juiz) e a Av. 15 de Novembro (antiga Rua do Porto), conformando o percurso conhecido como Caminho do Porto Geral, marginal ao Córrego da Prainha (**Figura 6**).

Figura 6: Planta de Cuiabá em 1787 evidenciando caminhos existentes à época



Fonte: Expedição Langsdorff (2010) com intervenção de Lucianna Oliveira e Souza (2024)

Ao longo dos anos de desenvolvimento da capital, esses eixos adquiriram novas feições e funções, sendo pouquíssimo incorporados aos instrumentos de proteção, enquanto elementos com atributos e valores importantes à qualificação da paisagem cuiabana, sobretudo no que diz respeito à experiência cotidiana de fruição da paisagem pelo caminhar.

4 PROTEÇÃO E DISTINÇÃO

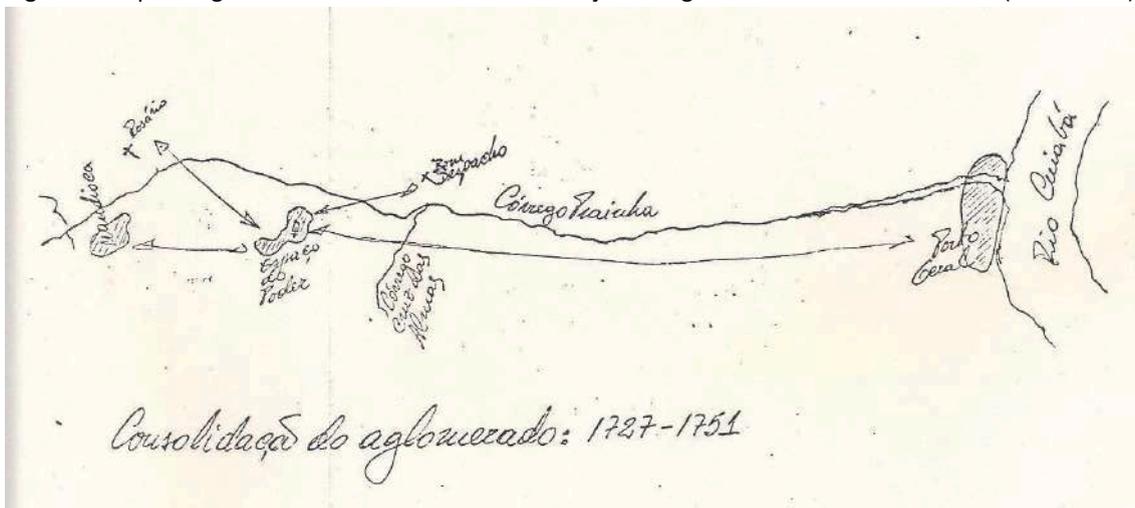
Em consulta ao processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, pudemos observar que a proposta inicial, de proteção sugerida por equipe técnica local, incluía a região portuária, ou seja, em certa medida podemos afirmar que existia a compreensão da totalidade dessa paisagem, baseada em atributos e valores comuns.

Recentemente, uma comissão de alto nível, formada por técnicos da Secretaria de Educação e Planejamento da Cidade de Cuiabá, da Universidade Federal de Mato Grosso, da SPHAN, através de nosso Escritório Técnico e da Fundação Cultural de Mato Grosso reuniu-se periodicamente para propor medidas de proteção para duas áreas distintas: a área central, que corresponde mais ou menos a essas duas, que agora propomos o tombamento e a área do Porto.

Após inúmeros encontros, essa comissão chegou a solicitar para as duas áreas distintas (central e Porto) um tombamento provisório a nível estadual e municipal pelo prazo de um ano, a fim de que fosse assim possível estancar esse processo de destruição e se conseguisse neste prazo melhor pesquisar e conhecer a área, e ainda executar seu completo levantamento urbanístico e arquitetônico. (IPHAN, 1992, fls 5-6)

Na imagem abaixo (**Figura 7**), um dos esquemas ilustrativos presentes no processo de tombamento, vemos espacializadas as relações existentes entre os polos dessa paisagem, seus eixos de conexão e relações funcionais, que reforçam nossa leitura da sua dimensão enquanto totalidade.

Figura 7: Esquema gráfico do IPHAN sobre a consolidação do aglomerado urbano de Cuiabá (1727-1751)



Fonte: IPHAN (1992)

Lacerda (2004) avalia que a distinção feita entre as áreas foi motivada por razões políticas já que, a região do Centro abrigava moradias da elite cuiabana, mais preservadas, enquanto a região do Porto, como indica o trabalho da pesquisadora Sônia Romancini (2005), sofreu processos de descaracterização e esvaziamento em função de uma grande enchente ocorrida em 1974 (**Figura 8**)

Embora um tanto desconfigurado em suas características originais, o Porto com seus casarões foi tombado provisoriamente em nível municipal em 1985, porém, em 1987, quando o IPHAN procedeu ao tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, não incluiu o bairro do Porto.

Seguiu-se um período de esquecimento em que muitos casarões foram ruindo, desmoronando, sendo, posteriormente, substituídas por outras edificações. (ROMANCINI, 2005, p.114).

Podemos presumir que essa distinção, também foi atravessada e estruturada por diferenciação de cunho social, econômico e étnico-racial, atribuindo menor valor à região portuária, em razão da população que a ocupava entre as décadas de 1980 e 1990. Em consonância, Lacerda (2014) aponta

Apesar de toda a história que a região do Porto abriga, é possível argumentar que este espaço tenha tido seu valor nacional contestado por ter uma representatividade especificamente local. No entanto, a hipótese mais bem desenhada para a recusa vem do fato de ser um espaço urbano essencialmente popular, pois nos idos da década de 1980, apesar da ampliação do conceito de patrimônio com a introdução da produção dos esquecidos e excluídos pela história

tradicional, havia a permanência dentro das agências de preservação e conservação de uma visão elitista da cultura (Lacerda, 2017, p.74).

Posto isso, podemos sugerir que os “lugares da memória” cuiabana (NORA, 1993), que remetem à Paisagem da Cuiabá Antiga, são na verdade fragmentos de memória (e da história), valiosos, mas não reconhecidos e apreendidos enquanto totalidade. Através dos quadros comparativos abaixo, sistematizamos características, termos e conceitos presentes nos distintos instrumentos de proteção aplicados ao Centro e Porto Históricos que, em nossa avaliação, evidenciam o cenário de desarticulação e não reconhecimento dessa paisagem de forma integral.

A partir do **Quadro 1**, notamos que ambos os núcleos têm origem no período colonial, mais especificamente no século XVIII. Discutimos, anteriormente, a relação orgânica de dependência entre ambos os polos da antiga Vila que tinha o Porto enquanto o lugar do comércio, transporte e contato com o restante do território através do Rio Cuiabá, e a sede da Vila, lugar de controle e poder sobre as minas de ouro, ambas se retroalimentando. Apesar dessa relação histórica e funcional, é notável o hiato de trinta anos entre a implementação dos instrumentos. Soma-se a isso a diferença entre esferas de proteção que são representativas do valor atribuído aos polos dessa paisagem. Também apreendemos a abrangência da proteção. Se no Centro fala-se em “conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico”, no Porto fala-se em “patrimônio histórico e artístico” e “conjunto arquitetônico”.

Quadro 1: Características gerais dos instrumentos de proteção da paisagem do Porto e do Centro Históricos em Cuiabá

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM		
ASSUNTO	CENTRO HISTÓRICO	PORTO HISTÓRICO
PERÍODO DE ORIGEM	Século XVIII	Século XVIII
INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO	Portaria nº10 de 04 de novembro de 1992 - Ministério da Cultura - Homologa a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá	Portaria nº 35 de 27 de agosto de 2007 – Secretaria Estadual de Cultura - Dispõe sobre o tombamento para o patrimônio histórico e artístico do Estado de Mato Grosso do Conjunto arquitetônico do antigo Distrito D. Pedro II - Porto em Cuiabá/MT
LIVRO DE TOMBO	Livros do Tombo Histórico, de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	(Informação não localizada)
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Centro Histórico e área de entorno	Porto Histórico e área de entorno
ESFERA DE PROTEÇÃO	Federal	Estadual
BASE LEGAL	Decreto de lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Lei nº 9.107, de 31 de março de 2009 - Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências
INÍCIO DA PROTEÇÃO	1987, homologada em 1992	2007

Fonte: Cuiabá (2010); Iphan (2021). Organizado por Lucianna Oliveira e Souza (2021).

Avançando, no **Quadro 2**, sistematizamos conceitos e noções que nos indicam quais atributos e valores foram reconhecidos e se vinculam ao caráter das proteções aplicadas. Adotamos as



categorias “caracterização do conjunto”, conforme denominação presente nos instrumentos, “noções de paisagem” e as “palavras-chave”, extraindo trechos e termos para identificar similaridades e divergências na compreensão de paisagem presente nos instrumentos de proteção.

De início, fica evidente a escala à qual se vincula o valor atribuído aos polos dessa paisagem. Por um lado, o caso do Centro Histórico, se fala em “cidade”, por outro, no caso do Porto, se fala em “comunidade portuária” e em “casas simples”. Da mesma forma, de um lado temos o Centro Histórico enquanto portador da “substância” “cultural” da “região” e, do outro lado, o Porto Histórico enquanto portador das “raízes” “locais”. Poderíamos até mesmo nos aprofundar no debate, em diálogo com as ideias de Nora (1993), em torno da distinção entre aquele que se caracteriza como representante da história (Centro) e aquele que representa a memória (Porto). Essa narrativa presente nas entrelinhas acaba por estruturar uma dualidade que enfraquece a compreensão e valorização da paisagem como um todo articulado.

Quadro 2: Conceitos e noções dos instrumentos de proteção aplicados ao Centro e ao Porto Históricos de Cuiabá

CONCEITOS E NOÇÕES		
ASSUNTO	CENTRO HISTÓRICO	PORTO HISTÓRICO
CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM	“[...] características culturais da cidade , presentes nos elementos construtivos – implantação no terreno, arruamento, correr de edifícios alinhados à rua, sistemas e materiais construtivos – próprios da região durante os séculos dezoito e dezenove, aos quais se associam elementos formais arquitetônicos do século vinte, sem, contudo, destruir a substância anterior.” (Art. 2º)	“[...] bens culturais de natureza material, natural, histórico e paisagístico existentes na histórica comunidade portuária com raízes de subsistência na pesca, no comércio de secos e molhados e no transporte fluvial que guardam elementos das antigas construções de casas simples em material típico local , de adobe, taipa e madeira rústica.” (Art. 1º)
PALAVRAS-CHAVE	<i>características culturais; cidade; elementos construtivos; elementos formais arquitetônicos; próprios da região; substância</i>	<i>bens culturais; comunidade; elementos das antigas construções; típico local; raízes</i>
NOÇÕES DE PAISAGEM	“A realidade físico territorial corresponde ao patrimônio imóvel sob proteção federal, a que se refere o caput deste artigo, é compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído , representativo da soma de períodos históricos da cidade de Cuiabá, desde 1972 [...]” (Art. 1º, Parágrafo 1º)	“[...] bens imóveis, logradouros e paisagens inseridos no perímetro acima citado quem passam, por conseguinte, a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Estadual, que valerá para que os efeitos previstos em suas normas disciplinadoras sejam devidamente respeitados no interesse geral da coletividade portuária como uma memória viva da comunidade do século XVIII .” (Art. 1º, § 2º)
PALAVRAS-CHAVE	<i>Realidade físico territorial; patrimônio imóvel; meio ambiente urbano; soma de períodos históricos</i>	<i>paisagens; bens imóveis; coletividade portuária; memória viva</i>

Fonte: Cuiabá (2010). Organização: Lucianna Oliveira e Souza (2021).

Observamos que a normativa do IPHAN possui estrutura mais robusta, mas apesar disso não menciona expressamente a paisagem enquanto objeto de proteção. Ao citar os atributos a serem preservados, são relacionados o traçado urbano, a topografia natural do conjunto, as



edificações, as áreas privadas e não edificadas, os logradouros e a integridade visual dos espaços de uso público. A partir da passagem abaixo, observamos que o instrumento se aproxima de uma noção de paisagem, inclusive dialogando com a compreensão de Miranda Magnoli (2006), mas não faz menção direta a ela enquanto objeto - possuidor de atributos e valores - a ser protegido, assim como não abarca suas características e elementos naturais, como cursos d'água, ou seu valor imaterial

Parágrafo 1º - A realidade físico-territorial corresponde ao patrimônio imóvel sob proteção federal, a que se refere o caput deste artigo, é compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma dos períodos históricos da cidade de Cuiabá, desde 1722, com a descoberta das minas do Rosário, até os dias de hoje. (...). (CUIABÁ, 2010, p.10)

Já a portaria da SEC/MT traz a noção de paisagem no plural “paisagens”, em nossa avaliação vinculada a uma noção de atributo, mas não aprofunda em sua caracterização. Por outro lado, podemos dizer que fortalece uma visão limitada da paisagem, ao passo que reforça a ideia de que as “paisagens” são partes acessórias e não estruturantes da área tombada

§ 2º A presente implica no tombamento dos bens imóveis, logradouros e **paisagens inseridos no perímetro** acima citado quem passam, por conseguinte, a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Estadual, que valerá para que os efeitos previstos em suas normas disciplinadoras sejam devidamente respeitadas no interesse geral da coletividade portuária como uma memória viva da comunidade do século XVIII. Sujeitando ao prévio exame do órgão estadual os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para preservar e proteger sua visibilidade e ambiência. (CUIABÁ, 2010, p.24, grifo nosso)

Por fim, identificamos e comparamos os atributos e valores conferidos às áreas tombadas e seu entorno através dos instrumentos de proteção (**Quadro 3**). No Quadro 2, observamos uma diversidade e divergência entre os termos e denominações dadas aos atributos, a exemplo da oposição entre “edificações” e “bens imóveis”. Quanto aos valores, no caso do Centro, são destacados aspectos funcionais e qualidades ambientais como a “legibilidade”, “integridade”, “relações urbanas”. No caso do Porto, são destacados aspectos econômicos como “comunidade portuária”, “transporte de secos e molhados” e “transporte fluvial”, por exemplo. A menção à “memória viva” nos dá indícios de reconhecimento mínimo do valor imaterial da região portuária, ainda que isso não seja expressamente tratado no instrumento de proteção.

Quadro 3: Atributos e valores conferidos à paisagem da Cuiabá Antiga pelos instrumentos de proteção

ATRIBUTOS E VALORES				
OBJETO	CENTRO HISTÓRICO		PORTO HISTÓRICO	
	ÁREA TOMBADA	ENTORNO	ÁREA TOMBADA	ENTORNO
ATRIBUTOS	Traçado urbano	Traçado urbano	-	-
	Topografia natural do conjunto	-	-	-



	Edificações	Volumetria	Bens imóveis	Bens imóveis
	Área privadas e não edificadas	Proporções de ocupação do solo existentes	-	-
	Logradouros	-	Logradouros	Logradouros
	Integridade visual dos espaços públicos	-	Paisagens	Paisagens
VALORES	Relações urbanas	Proximidade	Comunidade portuária	-
	Compreensão da a constituição do espaço	Compatibilidade	Pesca de subsistência	-
	-	Legibilidade espacial e ambiental	Comércio de secos e molhados	-
	-	Contexto histórico-cultural	Transporte fluvial	-
	-	-	Casas simples	-
	-	-	Memória viva	-

Fonte: Cuiabá (2010). Organização: Lucianna Oliveira e Souza (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa, constatamos que existe um processo corrente de degradação e desarticulação da Paisagem da Cuiabá Antiga, que tem sido aprofundada por processos de degradação do ambiente natural e construído e potencializada pela distinção existente no âmbito da proteção, já que não garante o reconhecimento integral e, conseqüentemente, planejamento e gestão dessa paisagem. A pesquisa evidenciou que à região portuária foi atribuído menor valor histórico e cultural, apesar de sua relação funcional e simbólica com a atual região central da cidade. Consideramos que essas áreas conformam uma paisagem única em sua diversidade, que reúne atributos e valores (com)partilhados e relevantes para a população cuiabana, sendo necessárias estratégias articuladas de planejamento e gestão à salvaguarda do patrimônio cultural, orientadas por sua integralidade. Por fim, avaliamos que são vários os caminhos possíveis para o aprofundamento da pesquisa, incorporando a leitura de outros processos que se desdobram nessa paisagem. Seria importante, por exemplo, explorar a análise morfológica para identificar os diferentes períodos presentes na Paisagem da Cuiabá Antiga; o cruzamento da leitura dos instrumentos de proteção associada a outros instrumentos legais e normativos; além da investigação a partir da memória coletiva que pode indicar valores a serem preservados. Caminhos possíveis e provocações para os próximos passos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Doriane. **Diálogo I**. [nov. 2021]. Pesquisadora: Lucianna Oliveira e Souza. *Google Meet*: Cuiabá, 2021. 1 arquivo .mp4 (1h15min51s).



AZEVEDO, Doriane; GUEDES, Gabriela Silva Leite. **A Quantas Andam Nossas Políticas Públicas de (des)Valorização do Patrimônio Cultural Material em Cuiabá/MT?** In: I Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: fronteiras do patrimônio: preservação como fortalecimento das identidades e da democracia. 03 a 07 de outubro de 2017 - Cuiabá (MT), Brasil.

AZEVEDO, Doriane; MIRANDA, Cláudio Santos de; SANTOS, Lucas Luan dos. **A (des)caracterização dos espaços livres e suas temporalidades na política municipal:** as praças do Centro Antigo de Cuiabá/MT. In: XIII Colóquio Quapá SEL. Anais. São Paulo, 2018, p. 67-93.

CUIABÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Patrimônio Histórico de Cuiabá:** Legislações Federal, Estadual e Municipal. Cuiabá, 2010.

EXPEDIÇÃO Langsdorff. Rio de Janeiro: Gráfica Trena, 2010. Catálogo da exposição realizada no CCBB, em São Paulo 23 fev.-20 abr. 2010, em Brasília, 10 mai.-18 jul. 2010, e no Rio de Janeiro, 02 ago.-26 set. 2010. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

FREIRE, Júlio De Lamonica. **Por uma poética popular da arquitetura.** EdUFMT. Cuiabá, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cuiabá (MT).** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/368/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo nº 1.180-T-85.** Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5166?discover?rpp=10&etal=0&query=cuiab%C3%A1>. Acesso em: 09 fev. 2022.

LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu. **O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013).** 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, espaço, paisagem. **Paisagem e Ambiente**, n. 21, p. 237-244, 2006.

MATO GROSSO. Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer. **Lei nº 9.107, de 31 de março de 2009.** Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 20 fev. 2019.

ROMANCINI, Sônia Regina. **Cuiabá: paisagens e espaços da memória.** Cathedral Publicações, 2005.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.** Paris, 2005. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/opguide05-pt.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.